

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.890 - MG (2016/0184695-9)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : MIGUEL DINIZ DUARTE  
**ADVOGADO** : CLAUDIO DINIZ VASCONCELOS E OUTRO(S) - MG084180  
**AGRAVADO** : ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A  
**ADVOGADOS** : SEBASTIÃO BRAGA - MG007195  
MÁRCIA LUIZA BRAGA E OUTRO(S) - MG106893

**EMENTA**

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. COBERTURA DE INVALIDEZ TOTAL E PARCIAL POR ACIDENTE. AUSÊNCIA DE COBERTURA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADO N.º 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. NÃO CABIMENTO.*

*1. Inexistência de ofensa ao art. 535, do CPC/73, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.*

*2. A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem, de que a incapacidade laboral parcial se deu por doença ocupacional não coberta pela apólice, esbarra nos óbices dos Enunciado n.º 5 e 7/STJ.*

*3. A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação dos Enunciados n.º 5 e 7/STJ.*

*4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.*

*5. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, Moura Ribeiro (Presidente) e Nancy Andrichi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze.

Brasília, 04 de junho de 2019(data do julgamento)

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator

